

A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA: A RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ-PA

Charles Benedito Gemaque **SOUZA**¹
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA
gemaquec@ufpa.br

Resumo: *A perspectiva da sustentabilidade surge como uma possibilidade de inclusão daqueles que historicamente ficaram a margem dos planos implantados na Amazônia. Nesse contexto, a gestão dos recursos naturais na região está sendo delineada a partir da criação de diversos modelos de Unidades de Conservação, tendo nas Reservas Extrativistas um instrumento inovador de garantia de direitos constitucionais sobre o meio ambiente. Com base nesses pressupostos, a pesquisa de campo foi realizada na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA, a partir de entrevistas semi-estruturadas e a observação direta. Cujo objetivo central é analisar as particularidades de uma experiência de desenvolvimento sustentável criada a partir da mobilização e luta de comunidades que ainda sobrevivem do extrativismo e da pesca artesanal em contraposição à lógica capitalista de crescimento econômico e de modernização do espaço.*

Palavras-Chave: *Recursos naturais. Amazônia. Desenvolvimento sustentável.*

Abstract: *The perspective of the development sustainable appears the inclusion possibility of those that historically were á margin of the plans implanted in the Amazon. In that context, the management of the natural resources in the area i being delineated starting from the creation of several models of Units of Conservation, purpose in the Reserve Extractiviste an innovative instrument of warranty of constitutional rights on the environment. With base in those presuppositions, the field research was accomplished in the Reserve Extractiviste Marine Mãe Grande of Curuçá-PA, starting from semi-structured interviews and the direct observation. Whose objective was to analyze the particularities of an experience of development sustainable maid starting from the mobilization and communities' fight that still survive of the extrativistes and of the handmade fishing in opposition the logic*

¹ Geógrafo. Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará/ NAEA/UFPA.

capitalist of economical growth and of modernization of the space.

Keywords: *Natural resources. Amazon. Development sustainable.*

Introdução

Curuçá é um município que se notabiliza por sua biodiversidade e a captura de peixes e mariscos como camarão, caranguejo, tornando-se uma tradicional e importante localidade pesqueira da Amazônia. Outra prática que sempre marcou o município é o turismo, tanto pelas belezas de suas paisagens, como pelo bloco carnavalesco conhecido regionalmente como os “Pretinhos do Mangue”.

Contudo, a partir da criação da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mãe Grande de Curuçá, iniciou-se uma série de controvérsias sobre a sustentabilidade ambiental e socioeconômica desse tipo de gestão dos recursos naturais na região. Tal discussão passa por diversas interpretações, entre as quais algumas apontam não apenas a insustentabilidade econômica, mas o próprio fim da atividade extrativa na Amazônia (HOMMA, 1992; AMIN, 1997). Outras designam um fortalecimento da atividade extrativista por meio de mudanças no âmbito das relações ecológicas e da valorização socioeconômica das práticas sustentáveis (ALLEGRETTI, 1994a).

Trata-se aqui de analisar a construção social da Reserva Extrativista Mãe Grande por meio dos impactos sobre o município tanto em termos de sustentabilidade dos recursos naturais como da dinâmica produtiva na cidade. O intuito é observar como as práticas extrativistas locais adaptaram-se às relações tradicionais de produtividade econômica e de trabalho, e como essas transformações são vistas no âmbito das interações homem/natureza, através da gestão dos recursos naturais.

1 O extrativismo face à racionalidade capitalista na Amazônia

Dentre as atividades produtivas implementadas ao longo dos anos na Amazônia, aquela que causou menores impactos ambientais e sociais, pelos menos *a priori*, seria o extrativismo de base tradicional, conquanto

existem dúvidas sobre a viabilidade do extrativismo como vetor de um desenvolvimento econômico e suas implicações para o futuro da região.

Nessa perspectiva, existem duas interpretações aparentemente divergentes, a primeira, defendida por autores como Allegretti (1994a), atribui ao parâmetro extrativista o ideário de sustentabilidade para a Amazônia, em todas as suas dimensões, enquanto para outros, como Homma (1989), enxergam nesse modelo uma acomodação eterna da região ao subdesenvolvimento. Nesse contexto, é necessário evidenciar cada uma dessas vertentes que polarizam essa discussão para uma posterior reflexão inicial e sucinta sobre a viabilidade ou não do extrativismo.

Conforme a abordagem de Homma (1989), com a expansão da fronteira e o crescimento populacional, houve um processo de esgotamento/estagnação da atividade extrativista vegetal na Amazônia. De outro lado, fatores endógenos e exógenos revestem-se como de fundamental relevância à conservação e utilização racional dos recursos naturais.

Diante desses pressupostos, a questão é que tanto para fazer a preservação quanto o desmatamento é necessário haver a concordância da sociedade em geral. O problema é que o extrativismo vegetal, embora seja uma atividade que abarque um contingente expressivo de pessoas na região, constitui-se em uma base de desenvolvimento frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza, cuja tendência é o seu desaparecimento à medida que a economia de mercado for sendo implantada para esses produtos extraídos.

Para exemplificar, Homma (1994) cita a “estratégia do índio”, que sempre foi considerada um modelo de convívio com a natureza, porém no momento do contato com outras culturas esse modelo tende a desagregar-se. Desta forma, o autor considera uma “irracionalidade” apostar que uma sustentabilidade (ambiental, econômica e social) micro e ligada diretamente a um determinado grupo social possa dar estabilidade para toda uma região com diversos interesses em jogo.

Neste caso, o mesmo autor (1992) aponta que o extrativismo como modelo de desenvolvimento serviria mais para agradar uma comunidade ecológica internacional do que uma opção viável de crescimento econômico. Mesmo porque a falta de interesse dos investidores internos

e o desconhecimento dos externos obrigam ao Estado criar toda uma política de investimentos, controle e de benefícios sociais.

Outro ponto questionado pelo autor é que uma possível proliferação de uma política de controle criaria um suposto ambiente artificialmente isolado e de restrição à liberdade duramente conquistada. A questão para ele é que o interesse dos grupos tradicionais nas reservas decorre muito mais pela falta de infraestrutura educacional, saneamento, saúde do que interesses ecológicos, a presença do Estado parece ser o objetivo final.

Evidentemente, a tese defendida por esse autor e seus seguidores tem fundamento, todavia, esse viés interpretativo também tem falhas, notadamente, no caráter simplista com que aborda o extrativismo vegetal na Amazônia. De acordo com Rego (1999), o conceito que serve de base de interpretação restringe-se à coleta de produtos naturais com produtividade baixa, porém existem atividades de manejo, beneficiamento que, mesmo dentro de contexto social extrativista, já são um processo de domesticação desses produtos.

Nesse contexto, o denominado neo-extrativismo introduz uma produção extrativista de cultivos, criações e beneficiamento, cada vez mais praticado por produtores autônomos e organizados e dentro de valores próprios dessa sociedade. Em outras palavras, na Amazônia, a evolução da atividade extrativista também pressupõe um conhecimento empírico capaz de orientar o projeto de manejo.

Assim, o problema de viabilidade econômica da atividade extrativista representa na verdade um pensamento economicista ligado ao avanço tecnológico. Conforme Rego (1999), o que está por trás desse (pré) conceito sobre o extrativismo em geral é uma racionalidade instrumental e neoclássica que valoriza apenas o âmbito econômico. A questão é que precisamos levar em consideração todas as instâncias da vida social: econômico, política, cultural e ambiental.

Já Allegretti (1994b) parte da ideia de que o uso dos recursos naturais renováveis precisa ser projetado através de uma adequada distribuição das riquezas produzidas e para as políticas de uso restritivo desses recursos. Entre as diversas alternativas que se apresentam para a Amazônia, a autora indica a ideia de reserva extrativista (RESEX) como a única que proporciona uma conciliação entre os interesses de conservação do meio ambiente e o desenvolvimento social.

Todavia, o extrativismo, historicamente, tornou-se uma noção vinculada ao tradicionalismo, uma herança das antigas atividades produtivas condenada a desaparecer. Para Allegretti (1994a), o termo extrativismo carrega o peso do “convencional”, de uma etapa da humanidade há muito deixada de lado no processo de desenvolvimento da humanidade. Em outras palavras, a extração convencional dos recursos naturais é uma atividade que supostamente precedia agricultura e a industrialização na evolução produtiva.

Por outro lado, o extrativismo, de maneira geral, abarcaria uma das formas mais primitivas e injustas de sistema de trabalho: o aviamento. Trata-se de uma relação baseada na troca da força de trabalho por mercadorias, que cria um endividamento incontrolável. Diante dessa interpretação, o extrativismo é considerado inadequado por diversos autores que trabalham na região (BUNKER, 1985), e totalmente extemporâneo, não apenas do contexto econômico vigente, mas das relações sociais e das preocupações ambientais.

Para rebater essas críticas, Allegretti (1994a) chama atenção que é preciso reconhecer primeiro que existem populações tradicionais na região amazônica que utilizam o extrativismo como meio produtivo de subsistência, e, em segundo lugar, a inexistência de alternativas econômicas e sociais que contemplem de fato a especificidade destes grupos sociais. Logo, é nessa perspectiva que atividade extrativista não pode ser descartada sob pena de segregar uma parcela considerável dessas famílias que realmente vivem na região.

Ademais, a autora revela que é necessário esclarecer que apesar da denominação enfatizar o extrativismo, existem áreas e atividades para quais o conceito é comumente utilizado, que na realidade são produtividades ligadas à agricultura, à pesca e a atividades ligadas ao manguezal (ALEGRETTEI, 1994a, p. 19). Em consequência a base produtiva extrativista acaba não se resumindo ao extrativismo vegetal convencional.

A base extrativista sugerida pela autora quer assegurar uma nova racionalidade de ocupação (proteção) dessas áreas, trata-se inicialmente de estabelecer uma condição: a sustentabilidade ambiental e social. Isto não significa que o aspecto econômico não esteja inserido no processo, logo é preciso políticas de incentivos fiscais, ao mesmo tempo em que se

devem criar barreiras de proteção e formas de escoamento das mercadorias produzidas.

Desse modo, o grande diferencial é que o controle do uso do recurso natural, assim como da gestão, estaria nas mãos dos extrativistas, agregando valor aos produtos da floresta a partir do controle da cadeia produtiva. Para Allegretti (1994a), isto se constitui em um marco inicial de novo modelo econômico para a Amazônia, que tem como base critérios como a conservação ambiental e a equidade social, o que “representa uma mudança no quadro de exploração social em que vivem as populações extrativistas da nossa região”.

Por último, a autora evidencia que se não houver pesquisas e acréscimo tecnológico, assim como políticas de insumos, e nem um aperfeiçoamento do modelo fica difícil o êxito na conciliação entre o desenvolvimento social e econômico e a conservação. Contudo, Allegretti (1994b) nos lembra que as políticas de conservação ambiental já prestam um grande serviço quando sua existência, única e exclusivamente, significa uma diminuição do desmatamento, mesmo que esta seja de forma isolada e equivocada.

Em síntese, é possível afirmar que Homma e Alegretti chegam a conclusões convergentes: o extrativismo só é viável como modelo de desenvolvimento para a Amazônia, caso modifique-se, incorporando novas práticas, ou seja, o extrativismo “puro” é inviável. Trata-se de incrementar uma atividade extrativista que se insira na economia do mercado sem entrar em conflito com o modo de vida local, o que implica respeitar o ambiente e a cultura pré-existentes. Evidentemente, tal simbiose não é facilmente factível em uma região cujos interesses são diversos e historicamente conflitantes.

2 A Evolução histórica das RESEX'S na Amazônia

A participação das atividades extrativistas na economia da Amazônia é significativa. Na região são extraídos 80 % da produção nacional de madeiras, por sua vez a mineração é responsável por uma nova frente econômica na região. Enquanto a extração vegetal, apesar de pouco atrativa economicamente se comparada com as outras práticas extrativistas, continua prevalecendo pela abundância e pelos custos.

Infelizmente existem, ainda hoje, grandes empecilhos à maior produção de produtos de extração convencional, apesar de comprovadamente ter um grande potencial na Amazônia. Nesse contexto, as primeiras Reservas extrativistas (RESEX) foram criadas a partir de 1990, gerando, assim, um território legal de conservação e utilização dos recursos florestais e de sustentabilidade ambiental das atividades produtivas na Amazônia.

As Unidades de Conservação (UC) surgem inicialmente baseadas em ilhas estratégicas de conservação de biodiversidade, de uso indireto. Com a crescente inquietação ambientalista mundial, aliada ao crescente movimentos sociais, em especial do seringueiro, excluídas do processo de desenvolvimento, ganham destaque as UC's de uso direto, em particular as RESEX's que surgiram como uma alternativa para atenuar o problema fundiário de concentração de terra, promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e de conservar a biodiversidade no território amazônico (Allegretti, 1989).

Ainda conforme Allegretti (1994a) o fundamental da proposta da RESEX é que ela foi formulada por aqueles que conhecem e vivem na região: os seringueiros; portanto, não é uma estratégia criada em gabinete para beneficiar o "povo". Pelo contrário, é uma resposta desses grupos sociais excluídos a uma situação histórica extremamente desfavorável, e que pode ser transbordada para outros grupos regionais que vivem a mesma situação.

Com isso, a concepção de Reserva Extrativista remete à ideia de domínio público, o que está amarrado a uma concessão real de uso do território destinado à conservação ambiental e de modos de vida, outorgada, assim, à comunidade e não individualmente (CHAMY, 2008). Nesse aspecto, a comunidade local, com a fiscalização do IBAMA, é responsável direta pelo gerenciamento dos recursos naturais por meio de um plano de manejo, o que deveria representar menos burocracia e ganhos para todos os envolvidos.

Ao mesmo tempo, a proposta de criação de RESEX passa a ser aceita como um plano de Reforma Agrária para os extrativistas, visto que um dos escopos era legitimar a posse e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalhavam durante anos. Diante disso, o INCRA elaborou uma portaria de número 627, de 30/07/1987, que criou o Projeto

de Assentamento Extrativista (PAE), destinando áreas de assentamentos para populações extrativistas, mediante concessão de uso de regime comunal e sustentável.

Atualmente existem 22 Resex's cadastradas na Amazônia legal (Quadro 1), incluindo as Reservas extrativistas marinhas, afetando mais de 30 000 pessoas e quase 4 milhões de hectares da Região, enquanto a maioria dos extrativistas em geral, que não estão em reservas, ocupa uma área muito maior. Entre as atividades desenvolvidas destaca-se a extração da borracha, babaçu, da castanha e do açaí, além da pesca artesanal e a mariscagem.

Quadro 1: Reservas Extrativistas na Amazônia Legal

Nome da Resex	Estado	Município	Decreto	Área (Ha)	População	Recursos Naturais
Alto Juruá	AC	Thaumaturgo de Azevedo	98.863 - 23/01/90	506.186	3.600	Borracha
Chico Mendes	AC	Rio Branco/Xapuri/Brasiléia/ Assis Brasil/Sena Madureira/ Capixaba	99.144 - 12/03/90	970.570	7.500	Castanha/ Copaíba / Borracha
Alto Tarauacá	AC	Jordão e Tarauacá	S/Nº - 08/11/00	151.199	724	Borracha
Rio Cajari	AP	Laranjal do Jari/Mazagão/ Vitória do Jari	99.145 - 12/03/90	481.650	3.800	Castanha/ Copaíba/ Borracha/ Açaí
Rio Ouro Preto	RO	Guajará-Mirim/Nova Mamoré	99.166 - 13/03/90	204.583	700	Castanha/ Copaíba/ Borracha
Barreiro das Antas	RO	Guajará-Mirim	S/Nº - 07/08/01	107.234	400	Borracha
Rio Cautário	RO	Guajará-Mirim	S/Nº - 07/08/01	73.817	300	Borracha
Lago do Cuniã	RO	Porto Velho	3238 - 10/11/99	52.065	290	Pescado
Extremo Norte do TO	TO	Carrasco Bonito	535 - 20/05/92	9.280	800	Babaçú/ Pescado
Mata Grande	MA	Senador La Rocque	532 - 20/05/92	10.450	500	Babaçú/ Pescado
Quilombo do Frexal	MA	Mirinzal	536 - 20/05/92	9.542	900	Babaçú/ Pescado
Ciriáco	MA	Cidelândia	534 - 20/05/92	7.050	1.150	Babaçú
Tapajós-Arapiuns	PA	Santarém/Aveiro	S/Nº - 06/11/98	647.610	4.000	Borracha / Pesca/ Óleos e Resinas
Auati-Paraná	AM	Fonte Boa	S/Nº - 07/08/01	146.950	1.246	Borracha
Baixo Juruá	AM	Juruá/Uarini	S/Nº - 01/08/01	187.982	1.050	Borracha

Médio Juruá	AM	Carauari	S/Nº - 04/03/97	700		Borracha/ Pesca
Rio Jutaiá	AM	Jutaiá	S/Nº - 16/07/02	500		Borracha, óleos e Pescado
						Continua
Continuação						
Nome da Resex	Estado	Município	Decreto	Área (Ha)	População	Recursos Naturais
Cazumbá - Iracema	AC	Sena Madureira/Manoel Urbano	S/Nº - 19/09/02	750.794	754	Borracha/ Castanha
Soure*	PA	Soure	S/Nº - 22/11/01	27.463	1400	Pescado e Crustáceos
Maracanã*	PA	Maracanã	S/Nº - 13/12/02	30.018,88	s/n	Manguezais e pesca Artesanal
Chocoaré*	PA	Santarém Novo	S/Nº - 13/12/02	2.785,72		Manguezais e pesca Artesanal
Mãe Grande de Curuçá*	PA	Curuçá	S/Nº - 13/12/02	37.064,23	6 000	Manguezais e pesca artesanal

Fonte: IBAMA/CNPT

*Reservas Extrativistas Marinhas

A Reserva extrativista do Alto Juruá, no município de Thaumaturgo de Azevedo, no Acre, foi a primeira a ter o seu decreto de criação (98.863) aprovado em 23 de Janeiro de 1990. Na mesma época foi criada a RESEX Chico Mendes, também no Acre, a maior reserva em extensão, com mais de 970 500 ha de área legal, o que abrange seis municípios do Estado, e com uma população em torno de 7 500 habitantes, em sua maioria seringueiros.

Em 1992, foi criada a primeira RESEX fora do limite da Amazônia e distinta em relação aos recursos naturais a serem geridos pela comunidade local, trata-se da Reserva extrativista marinha de Pirajubaé, em Santa Catarina. Edifica-se uma subcategoria das RESEX'S identificada com os territórios marinhos, o que aumentou o número de pedidos para a delimitação de espaços secularmente ocupados por pescadores artesanais, um indício de fortalecimento e amadurecimento na organização e mobilização social de uma parcela populacional historicamente marginalizada (CHAMY, 2008).

Em 1997 foi decretada a criação da RESEX do Médio Juruá, no município de Carauari no Amazonas, a primeira em que os recursos naturais são totalmente atrelados às áreas marinhas na região. Apesar da presença significativa de seringueiros na Amazônia, a viabilidade da ideia de “extrativismo” em outros ambientes demonstra ser possível e recomendável, mesmo porque, a pesca artesanal é uma característica forte do modo de vida amazônico, principalmente daqueles que vivem às margens de igarapés e rios da região, os denominados povos ribeirinhos.

No entanto, somente em 2002, surgem oficialmente as Reservas Extrativistas Marinhas na Amazônia, mais especificamente no Estado do Pará, delimitando territórios de uso exclusivo dos grupos de pescadores artesanais locais. Entretanto, segundo Chamy (2008), nas RESEX marinhas, a exclusão dos não comunitários e a falta de gerenciamento de áreas de exploração de outros recursos naturais podem levar a conflitos nas áreas do entorno, o enfraquecimento na manutenção das atividades destas populações e à exclusão por setores economicamente mais fortes como a pesca industrial, o turismo e a especulação imobiliária.

Em resumo, após 18 anos, as Reservas extrativistas da Amazônia ainda têm o desafio de superar o atraso nos instrumentos de produção, fiscalização, gerenciamento e de comercialização dos recursos naturais que acarretam um desempenho inferior em relação às outras atividades produtivas implantadas na região. Contudo, trata-se ainda da alternativa mais viável de sustentabilidade ambiental, econômica e cultural das comunidades mais tradicionais da Amazônia.

3 A produção do espaço municipal face à construção social da RESEX

Curuçá foi criada em 14 de maio de 1895 e está localizada na mesorregião do nordeste paraense, na microrregião do salgado. Os seus limites são o oceano atlântico ao norte, o município de Castanhal ao sul, a leste com o município de Marapanim e a oeste com o município de São Caetano de Odivelas. Para o IBGE, a população estimada da cidade de Curuçá, no ano de 2006 era de 30.343 mil pessoas, e seu produto interno bruto seria entorno de R\$ 54 000 (IBGE, 2007).

O nome Curuçá tem origem indígena, o termo “curu” significa seixos e cascalhos e “ça” (ou melhor çaba) quer dizer “em que”, logo o significado deste topônimo seria o “lugar em que há seixos e cascalhos” (FERREIRA, 2006). A sua fundação data das antigas reduções dos jesuítas, no século XVII, quando instalaram uma fazenda que denominaram de Curuçá, às margens do rio do mesmo nome, onde existia uma importante feitoria de pesca. Atualmente o Município de Curuçá está integrado pelos distritos de Curuçá (sede), Lauro Sodré, Murajá e Ponta de Ramos.

O rio Mocajuba é um dos mais importantes rios no município, formado pelo Igarapé Pimenta e outros tributários sem grande expressão, servindo de limite natural a Oeste separando os municípios de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas do município de Curuçá, corre em direção a Sudeste-Noroeste formando meandros, para depois tomar a direção norte, desaguardo no Oceano Atlântico. Recebe vários afluentes, sendo os da margem direita os de maior importância para o município. O rio Curuçá é o segundo mais expressivo do município, sendo que, no seu afluente, o rio Baunilha que corre pela margem esquerda, se encontra a sede municipal.

Em termos econômicos, as principais atividades são a pesca artesanal e a mariscagem, no entanto, o sistema de agricultura itinerante vem sendo utilizado para produção de subsistência. De acordo com Galdino (2007), é frequente a incidência de queimadas no município, devido à falta de informação, as épocas de secas prolongadas e a ausência de aceiros ao queimar. Por fim, o extrativismo continua bastante tradicional, embora existam casos de uso de insumos químicos, fertilizantes e defensivos, porém com pouca mecanização das técnicas.

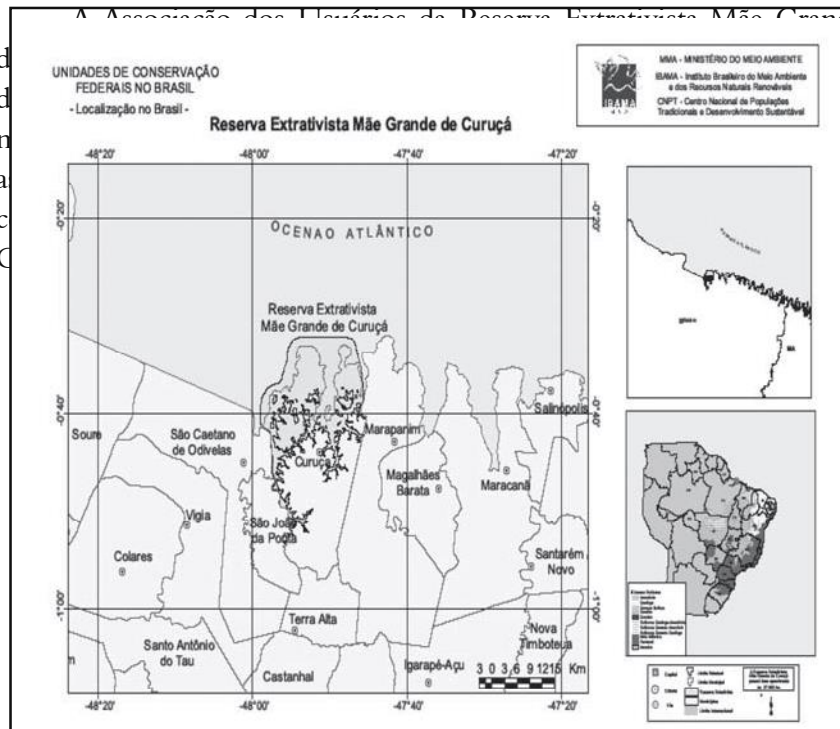
Existem relatos que revelam que chegam todos os dias ao porto do Abade, a colônia de pescadores do município, caminhões frigoríficos que compram grandes quantidades do pescado, restando para consumo dos habitantes locais os peixes que são pouco valorizados para comercialização (TORRES, 2004). Não existem dados oficiais acerca do volume da produção, tampouco do número exato de seus associados. Estimam que apenas cerca de 500 pescadores paguem regularmente a associação, entre 2 000 inscritos.

Há arranjos formais e informais que são adotados no sentido de estabelecer mecanismos que permitem disciplinar as inter-relações



Mercado Municipal da Vila do Abade

Em 1997 começou a mobilização comunitária em Curuçá que culminou com o decreto, de 13 de dezembro de 2002, e que criou a Reserva extrativista marinha de Mãe Grande. Essa denominação, escolhida pelos próprios atores envolvidos, tem o intuito de passar a ideia de que todos vieram de um mesmo lugar, trazendo alguma coisa do início: a mãe (Gaia). Existem cerca de 3 000 famílias, nas 52 comunidades da RESEX, calcula-se que o número de extrativistas e pescadores sejam entorno de 6 000.



Fonte: IBAMA/CNPT

A Reserva extrativista marinha Mãe Grande protege igarapés, restingas e os manguezais, medindo entorno de 37 062,09 hectares, englobando praticamente toda a área costeira preamar do município de Curuçá. Com isso, permite uma diversificação das atividades extrativistas na RESEX, baseada principalmente na mariscagem, pesca artesanal e na coleta tradicional de produtos florestais.

Todavia, a ideia de desenvolvimento na região ainda é um conceito diretamente amarrado ao sentido de progresso técnico e científico ocidental da racionalidade instrumental, em contraposição qualquer orientação diferenciada (emocional e/ou tradicional) é denominada de irracional. Nesse sentido, há uma secularização dos atos individuais e competitivos, bem como uma desvinculação em relação às determinadas estruturas sociais consideradas não modernas.

Diante disso, a discussão em torno da construção de um porto *off-shore* espadarte, na praia da Romana, um dos pontos turísticos e pesqueiros mais conhecidos do município, cria novas expectativas de modernização, desprezando os possíveis impactos negativos na estrutura e mobilização da RESEX. Mais recentemente, outro projeto, agora da empresa mineradora MMX, propôs a construção de uma estação flutuante de transbordo, na mesma área do porto espadarte, com o mesmo discurso de um “futuro melhor”.

Nestes termos, o contexto sócio-político atual na cidade de Curuçá é conturbado diante da perspectiva de construção de grandes empreendimentos aparentemente antagônicos aos interesses das comunidades pesqueiras da RESEX Mãe Grande. A interação entre os gestores municipais e a comunidades da RESEX é caracterizada como sendo de “afastamento”, muito pelo descrédito e/ou pela falta de interesse pelo processo de construção de uma RESEX no município.

Contudo, a situação se alterou quando iniciou o processo de liberação de verbas do INCRA para o Projeto de Assentamento Extrativista de cerca de 1200 membros das comunidades locais, porém tal reaproximação da administração municipal busca, segundo relatos obtidos nas comunidades locais, o controle e não a parceria. Outro problema citado é o assistencialismo, o que não permite uma mudança na construção da cidadania nas comunidades, isto comprovado pela ausência de representação legal dos moradores da RESEX na câmara municipal.

Assim, a realidade de Curuçá possui uma reserva extrativista marinha povoada por dezenas de comunidades tradicionais de pescadores artesanais, dotada de um centro urbano com mais de 15 mil habitantes apresentando um crescimento econômico e populacional, com recursos naturais em interação direta com a ação da pesqueira tradicional e ainda

lidando com a possibilidade concreta de abrigar, num futuro próximo, um grande empreendimento econômico na região.

4 O desafio da sustentabilidade extrativista em Curuçá

A ideia de sustentabilidade das RESEX'S passa por duas dimensões principais: a ambiental e a socioeconômica. Nesses termos, precisa atender tanto as necessidades de conservação dos recursos naturais, como a viabilização comercial e produtiva das atividades desenvolvidas pelas comunidades locais.

marin
questõ
de cur
contro
ponto
que es



ESEX
contexto,
locação
m ser
Outro
currais,

Casa do pescador de Curuçá

Entretanto, a defesa de territórios marinhos por parte de pescadores artesanais não é uma tarefa fácil, primeiro pela dificuldade de apropriação dos espaços marítimos fora do contexto social dos envolvidos. Em outras palavras, existem distintas formas culturais e econômicas de se relacionar

com o rio, o que dificulta qualquer tentativa de universalização dessa interação. Por outro lado, a cultura ribeirinha em Curuçá não ajuda neste sentido, já que os pescadores estão acostumados a desmatar a cabeceira dos igarapés e dos rios. Os pequenos agricultores, por exemplo, buscam a proximidade dos igarapés para facilitar a irrigação do plantio, no entanto, as queimadas e o desmatamento causam a lixiviação e o assoreamento das beiradas. Em relação à pesca, o problema não se resume aos pescadores locais, mas a pescaria de arraste industrial.

Nesse contexto, a delimitação de territórios exclusivos para pescadores tradicionais encontra dificuldade de legitimação entre

os mar tran form o di excl nas

stas sso, de nece os e mar



No caso da RESEX Mãe Grande, a delimitação dos territórios produtivos por pescadores artesanais se dá pela associação da ocupação secular desses espaços com o conhecimento empírico que as diversas comunidades locais possuem sobre o ambiente ribeirinho, um espaço dinâmico responsável pela existência de relações históricas e simbólicas, específicas do homem com a natureza.

O problema é que o conhecimento que estas comunidades possuem a respeito de seus domínios tradicionais corre o risco de se perder devido à modernização dos espaços, ditada pelos avanços da economia urbano/industrial e globalização cultural. Uma preocupação sempre presente nestas comunidades é o desinteresse das novas gerações em relação às atividades consideradas tradicionais e até mesmo a desvalorização da identidade dessas comunidades.

Outra questão que preocupa é a de uma possível especulação do uso do solo. De acordo com o relato de alguns deles, existem dentro das comunidades alguns pescadores que venderam terrenos dentro da RESEX, para servir de casa de veraneio, o que é explicitamente proibido em terras devolutas. A preocupação é que haja uma contínua expropriação dos moradores originários no futuro, como aconteceu em outras localidades amazônicas.

Percebe-se que as atividades extrativistas nas comunidades da RESEX Mãe Grande mantêm regras tradicionais estabelecidas no convívio com a natureza durante anos. A interação com a modernidade em termos produtivos ainda é incipiente, criando uma lógica capitalista inacabada para os padrões atuais. As relações de trabalho são de base familiar, nas quais as mulheres têm um papel de destaque, inclusive com comunidades de mulheres marisqueiras.

Evidentemente, é preciso conciliar tais práticas sustentáveis com a economia de mercado, o que não significa entrar em conflito com o modo de vida dos pescadores. A inovação depende de um progresso nas técnicas de produção e no escoamento, no entanto, ao contrário do que aponta Homma (1989), neste caso o incremento pode ser fruto de um processo tácito e cumulativo de aprendizado fortalecendo o arranjo produtivo

dentro das próprias Resex como visto no caso da RESEX Chico Mendes (MACIEL, 2003)

Para Chamy (2008), para que a gestão dos recursos naturais pesqueiros torne-se sustentável em todas suas dimensões, é necessário um reconhecimento e uma incorporação dos saberes tradicionais nas estratégias de desenvolvimento local. Logo, exige um posicionamento diferente daquele tomado até agora pela maioria da população do município de Curuçá.

Notas conclusivas

O contexto de Curuçá indica que há um grande dilema entre uma concepção de base extrativista voltada para conservação ambiental e equidade social e a perspectiva geral de um desenvolvimento econômico significativo através da criação de empreendimentos econômicos grandiosos. Nessa direção, é preciso atentar-se para a diversidade de interesses envolvidos e como tais empreendimentos podem repercutir não apenas na Reserva extrativista marinha Mãe Grande, como na sociedade local como um todo.

Dentro disso, vários pontos podem ser destacados, tanto questões internas da RESEX como o fortalecimento das associações comunitárias e o amadurecimento político dos moradores, os grupos políticos dentro das comunidades, os conflitos entre as gerações, a questão dos mecanismos de preservação do ambiente e da identidade cultural, a preocupação com a viabilidade econômica da RESEX e sua dependência institucional. Por outro lado, a relação conflituosa entre o poder municipal e os “líderes” da RESEX mostra que existem ressentimentos mútuos que acabam prejudicando as comunidades locais.

Conforme infere Galdino (2007), existe uma dificuldade de ajustar a racionalidade instrumental com modelos mais tradicionais de determinadas comunidades pesqueiras onde as relações capitalistas não estão plenamente consolidadas. Tal realidade expressa a heterogeneidade que envolve qualquer discussão sobre o município de Curuçá, o que significa que a análise teórica precisa de um aprofundamento que ultrapasse as barreiras disciplinares. Diante disso, esta é apenas uma contribuição inicial para que dentro de uma concepção de desenvolvimento diferenciado e interdisciplinar busque-se alternativas sustentáveis para o município.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. *In: ARENDT, R. O Destino da Floresta*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994a. p.17-48.
- ALLEGRETTI, M. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativistas. *In: SACHS, I. et al. Extrativismo na Amazônia Brasileira: perspectiva sobre o desenvolvimento regional*. Compendio MAB 18-UNESCO. Paris, 1994b. p.14-34.
- AMIN, M. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia do Pará. *In: XIMENES, T. (Org.). Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia* 21. Belém: Universidades Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Associação de Universidades da Amazônia, 1997. p. 177-209.
- BUNKER, S. G. **Undeveloping the Amazon**: extraction, unequal exchange and failure of the modern state. Universidad de Illinois, 1985.
- CAVALCANTI, O. P. A **Polêmica em Torno do Conceito de Reserva Extrativista enquanto Atividade Econômica Sustentável**. Monografia de Economia. Rio Branco: UFA, 1993.
- CHAMY, P. **Reservas Extrativistas Marinhas**: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008.
- FERREIRA, P. H. dos S. **Fragmentos Históricos de Curuçá**. v. 2. Castanhal: Graf-set, 2005.
- GALDINO, A. P. P. **Estudo sobre o Potencial Agrícola do Município de Curuçá/PA**. Instituto Peabiru, 2007.
- HOMMA, A. K. O. A (ir)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. *In: COSTA, J. M. Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso*. Belém: CEJUP, 1992. p. 163-207.
- HOMMA, A. K. O. **Reservas Extrativistas**: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? Belém: Para desenvolvimento 25, 1989. p. 34-48.
- MACIEL, R. C. G. **Ilhas de Alta Produtividade**: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia/UNICAMP. Campinas: UNICAMP,

2003.

MARINHO, J. A. M. **Desenvolvimento do Extrativismo do Açaí e Mudanças na Socioeconômica de uma População Marajoara.** Dissertação de mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

REGO, J. F. **Amazônia:** do extrativismo ao neoextrativismo. Belém: Poema tropic, 1999. p. 34-37.

SIMONIAN, L. T. L.; GLASER, M. **Extractive Reserves and the Question of Sustainability:** Recent Experiences in North of Brazil. German-Brazilian Workshop on Neotropical Ecosystems – Achievements and Prospects of Cooperative Research Hamburg, September 3-8, 2000.

SIMONIAN, L. T. L.; LOPES, A. G. Gestão dos recursos naturais na ilha de Trambioca: Tendências, desafios e possibilidades. *In:* SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, histórias e habitantes:** experiências na Trambioca/Barcarena/PA. Belém: NAEA/UFPA; projeto NAEA/Fundação Ford, 2004. p.13-71.

TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e pesca:** redes sociais no estuário amazônico. Belém: CEJUP, 2004.